

Opinião

Papel do setor público



Mônica Bergamaschi*

OS MERCADOS do agronegócio brasileiro sofreram, ao longo da história, grande interferência do Estado, com o controle de preços, cotas para exportações e importações, política de preços mínimos, financiamento para estocagem e comercialização, para citar alguns. O tempo passou, a agricultura e a pecuária mudaram e, com elas, as possibilidades e necessidades de intervenção governamental.

Entre as principais mudanças, após a década de 90, estão:

- a) a visão de cadeia de produção agroindustrial;
- b) o desenvolvimento de produtos diferenciados para mercados específicos (nichos) ou decorrentes de pressões internacionais;
- c) o aprimoramento das relações contratuais para obtenção de matérias-primas de qualidade especial, com destaque para a integração vertical em vários segmentos;
- d) a difusão de tecnologias e processos, propiciada pela globalização da economia, que levou similaridade no modo de produção para diversos rincões do planeta, ainda que com ressalvas decorrentes de diferenças de solo e clima;
- e) a possibilidade de rastreamento de praticamente todas as etapas da cadeia de produção, por meio das modernas tecnologias computacionais e de monitoramento por satélites.

Esse ganho de escala tanto na produção agrícola quanto na agroindústria acendeu o alerta da necessidade urgente de reduzir o custo Brasil: tributação excessiva, carência de infraestrutura de transportes e armazenamento, elevada taxa de juros, obsolescência do aparato legal, burocracia etc., para que a competitividade das empresas nacionais não fique ainda mais comprometida.

A melhor integração entre os elos da cadeia produtiva reduz a necessidade de apoio governamental para sustentar preços ou garantir mercados para a agricultura comercial. Ao invés de interferir na lógica comercial, talvez os governos deveriam investir e incentivar investimentos privados em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, sabidamente fatores de sucesso na competitividade internacional. Uma profunda

reforma tributária, tão necessária quanto difícil, é sonhada, pois a elevada carga distorce não apenas a produção e o consumo interno, mas impacta negativamente, reduzindo a competitividade das exportações brasileiras.

Os governos também têm papel relevante na seara da arbitragem para a solução de conflitos. São frequentes, em todos os setores da economia, as fusões e aquisições, que trazem no bojo a concentração e a diminuição da concorrência. Na agropecuária não tem sido diferente. Apesar dos avanços na organização das cadeias produtivas, são necessários o crescimento das relações contratuais e a ação certa do órgão encarregado de avaliar essas questões.

Outro ponto de extrema importância estratégica é o financiamento para novos investimentos, custeio e comercialização da produção. Apesar dos avanços do setor público, Estados e Federação, é preciso incentivar a efetiva participação da iniciativa privada, a exemplo do que já fazem algumas cadeias produtivas. Os usos de instrumentos como contratos futuros ou de opções, certificados de mercadorias negociáveis em bolsas e o seguro rural ainda precisam ser mais bem difundidos para serem adotados como práticas rotineiras de captação de recursos e minimização de risco.

Uma boa política de formação e escoamento de estoques públicos também é essencial. Regras claras, transparentes e amplamente conhecidas estimularão o acesso e a participação de todos os interessados da iniciativa privada na comercialização agrícola. A operação em tempo real imprimirá mais segurança, agilidade e eficácia, além de potencial redução de custos logísticos e desperdícios. Quanto maior o sucesso dessas formas de comercialização, maior será a acessibilidade, menores os custos de produção e os gastos do poder público para manter o sistema de comercialização em operação.

A agricultura familiar e mesmo a de subsistência, no entanto, requerem olhares diferenciados e políticas específicas. O tema será objeto em edição futura. ■

*Engenheira agrônoma e Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo